

ROLAND BARTHES E O FASCISMO DA LÍNGUA

MATEUS ROCHA CAMARGO¹; DAIANE NEUMANN²

¹Universidade Federal de Pelotas – mateusrcamargo1@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – daiane_neumann@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo encontra-se dentro dos projetos “Retorno a Saussure: releituras” e “Émile Benveniste e uma abertura para uma antropologia histórica da linguagem” e tem como proposta levantar reflexões e discussões acerca do papel da língua como realização e expressão do pensamento (no âmbito do sistema dos signos e no âmbito discursivo) e discutir pontos que derivam dessa relação.

Não são poucos e nem simples os assuntos que vão surgindo ao caminhar de nossa pesquisa: logo nos deparamos com Roland Barthes. O importante crítico literário e semioticista francês tocou num ponto que não podemos deixar de analisar e que será a questão crucial do presente trabalho. Será sobre tal ponto que iremos nos deter aqui.

Barthes, em seu importante discurso sobre as relações de poder na língua, na sua aula inaugural no Collège de France, aponta um caráter fascista da língua. Ele traz a colocação de que só podemos falar nos restringindo aos moldes da nossa língua, na medida em que sempre estamos amarrados às formas pré-estabelecidas, aos mundos dos signos. Mas o autor mostra uma esQUIVA para o problema: a literatura. Seria ela o lugar onde os homens conseguiriam fugir do gregarismo dos signos e driblar o fascismo da língua, trazendo a inovação, o desconhecido.

A fim de trazer luz às suas colocações, usaremos do mesmo método de Barthes: ir até o domínio literário, primeiro com Rimbaud, e, mais adiante, com Meschonnic. Buscaremos aqui, também, começar a discutir o que é próprio da literatura e o que é próprio da linguagem ordinária, aquela do dia a dia do homem. Esse movimento nos levará a uma discussão que apenas iniciamos neste trabalho, qual seja: a especificidade da literatura e a especificidade do que se compreende por linguagem ordinária.

2. METODOLOGIA

Para dialogar com a fala exposta na aula inaugural de Barthes traremos o jovem poeta francês Arthur Rimbaud, a partir do qual se estabelecerá diálogo com a exposição bartheana, a fim de enriquecê-la. Depois, com vistas a problematizar a discussão, nos apoiaremos em Henri Meschonnic, que é um linguista, tradutor e poeta francês. É importante ressaltar que toda nossa exposição está baseada nos estudos saussurianos, através de seus *Escritos de Linguística Geral*, e os estudos benvenistianos, através dos *Problemas de Linguística Geral 1 e 2*.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme Barthes (1984), a língua não é nem reacionária, nem progressista, ela é fascista, porque o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer. O autor argumenta que nós não podemos falar senão recolhendo aquilo que se arrasta na

língua, aquilo que é do âmbito do repetível. O crítico e semiótico dá à língua um caráter opressivo, a cujas formas e signos o falante deve sucumbir, sendo esses uma espécie de camisa de força, de cujas amarras o homem não seria capaz de fugir, a não ser por uma única via, a da literatura:

Infelizmente, a linguagem humana é sem exterior: é um lugar fechado. Só se pode sair dela pelo preço do impossível: pela singularidade mística, tal como a descreve Kierkegaard, quando define o sacrifício de Abraão como um ato inédito, vazio de toda palavra, mesmo interior, erguido contra a generalidade, o gregarismo, a moralidade da linguagem; ou então pelo amen nietzschiano, que é como uma sacudida jubilatória dada ao servilismo da língua [...] Mas a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura. (BARTHES, 1984, p. 15-16)

Barthes expõe que os homens estão presos ao interno da linguagem (que não tem externo), logo subjugados ao poder de suas línguas, necessitados de recorrer a signos que se arrastam e se repetem. Ao mesmo tempo que o homem diz, pode ser considerado senhor do seu dizer, mas ainda é escravo, porque continua se utilizando do que se arrasta, do que se repete, sendo impossível fugir dessa camisa de força, a não ser pelo que Barthes chama de “o preço do impossível”. O autor traz dois exemplos: a singularidade mística, inédita na história do homem, aquilo que se colocou contra a generalidade, contra a moralidade (como o caso de Abraão), ou o super-homem de Nietzsche, que se colocaria contra o servilismo da língua. Mas, aos homens comuns, que não são nem cavaleiros de fé e nem super-homens, só os restaria trapacear no campo da literatura.

Colocados os pontos de Barthes e a fim de corroborar com eles, pensamos que é justo ilustrar o meio literário em que Barthes estava inserido. O crítico literário viveu no berço da poesia moderna. Leu versos de Arthur Rimbaud, de Paul Verlaine e de Stéphane Mallarmé, os ditos poetas malditos do simbolismo, que inovaram o fazer poético. Mas, mesmo antes desses, houve quem desse o pontapé: Charles Baudelaire, que, nas palavras de Rimbaud, foi o primeiro “vidente”, o primeiro a entrar no desconhecido da linguagem. Foquemos no termo que Rimbaud utiliza para se referir a Baudelaire e enxergaremos algo de sublime e importante para nosso trabalho. Rimbaud, em maio de 1871, escreve duas cartas, uma endereçada ao seu antigo professor de retórica Georges Izambard, e outra a Paul Demeny, amigo de Izambard. Na primeira carta, ao seu antigo professor, o jovem poeta chega a dizer:

Agora encrapulo-me o mais possível. Por quê? Quero ser poeta, e trabalho para tornar-me vidente: o senhor não compreenderá de modo algum, e eu quase não poderia explicar-lhe. Trata-se de chegar ao desconhecido pelo desregramento de todos os sentidos. (RIMBAUD, 2006, p.155)

Em sua segunda carta, endereçada à Paul Demeny, retornando ao mesmo tema, o poeta alega:

Digo que é preciso ser vidente, fazer-se vidente. O poeta se faz vidente por meio de um longo, imenso e estudado desregramento de todos os sentidos. Todas as formas de amor, de sofrimento, de loucura; ele busca

por si mesmo, esgota em si todos os venenos, para guardar apenas suas quintessências. Inefável tortura em que ele precisa de toda a fé, de toda a força sobre-humana; em que ele se torna entre todos o grande doente, o grande criminoso, o grande maldito, – e o supremo Sábio! – Pois ele chega ao desconhecido! Já que cultivou sua alma, já rica, mais que qualquer outro! Ele chega ao desconhecido [...] (RIMBAUD, 2006, p.159)

Pensamos ser importante mostrar a beleza e o caráter visionário que Rimbaud dá ao trabalho dos poetas, como se eles tivessem a chave para o novo, para o desconhecido, através do que ele chama de “desregramento de todos os sentidos”. É notório o ponto levantado por Rimbaud, pois ele parece corroborar com o pensamento de Barthes. A literatura parece ser onde há o vislumbre do desconhecido, onde se dribla o gregarismo da língua.

Agora, sem deslegitimar o sublime que há na literatura, propomos as seguintes perguntas: até que ponto podemos dizer que esse “trapacear a língua” é próprio da literatura? É apenas nela que conseguimos fugir das formas que nos prendem, dos signos que se arrastam e nos obrigam a usá-los?

A fim de ilustrar melhor nossos questionamentos, nos basearemos em um apontamento de outro estudioso da área: “[...] mas a literatura é apenas aquilo que mostra melhor o que linguagem comum constrói, em lugar do pensamento prêt-à-porter que os opõe um ao outro” (MESCHONNIC, 2010, p. 19). Embora contrário à proposta de Barthes, o pensamento de Meschonnic também traz constatações importantes se pensarmos que, durante o fazer literário, o autor de determinada obra tem a língua como seu ofício, ele mergulha nos signos, nas formas, a fim de tentar extrair algo novo; já na fala ordinária, as palavras não são nossos ofícios, são nossos meios. Usamo-las sem nos dar conta do que fazemos com elas. Eis a problemática que se coloca. Tentaremos aqui clarear tal ponto.

Não é necessário ir muito longe para trazer uma possível solução. Na verdade, é necessário fazer um movimento de retorno, de retorno ao recalcado. Voltaremos a Saussure.

Primeiro é importante esclarecer um ponto: Barthes parece prender a linguagem ordinária ao mundo dos signos e, ainda mais perigoso, como unidades positivas. Isso fica claro quando o autor menciona o que ele chama de “terceira força da literatura”, que seria uma força semiótica que consistiria em jogar com os signos, ao invés de destruí-los:

A semiologia de que falo é ao mesmo tempo negativa e ativa [...] A semiologia aqui proposta é pois negativa – ou melhor ainda, por mais pesado que seja o termo: apofática: não porque ela negue o signo, mas porque nega que seja possível atribuir-lhe caracteres positivos, fixos [...] (BARTHES, 1984, p. 36)

Ora, Barthes, pensando estar referindo-se a um caráter singular da literatura, na verdade está falando do aspecto primordial da vida dos signos. A negação de caráter positivos e fixos não é apenas um atributo literário, mas de toda a linguagem. Isso nos parece latente quando lemos alguns trechos dos *Escritos* de Saussure:

Nenhum signo é, portanto, limitado no total de ideias positivas que ele é, no mesmo momento, chamado a concentrar em si mesmo; ele só é limitado negativamente, pela presença simultânea de outros signos; e é, portanto, inútil procurar qual é o total de significações de uma palavra. (SAUSSURE, 2004, p. 72)

Outro trecho fundamental para firmar a ideia de Saussure, ainda nos *Escritos*, está onde se lê:

Em outros domínios, se não me engano, pode-se falar dos diferentes objetos considerados, se não como coisas existentes em si mesmas, ao menos como coisas que representam coisas ou entidades positivas quaisquer [...] ora, parece que a ciência da linguagem é colocada à parte na medida em que os objetos que estão diante dela jamais têm realidade em si [...] (SAUSSURE, 2004, p 61)

Vejamos que em Saussure, a língua, sob nenhum ponto de vista, consiste em um conjunto de valores positivos e absolutos, mas sim de um conjunto de valores negativos ou de valores relativos que só têm existência por oposição, onde a atividade de tentar estabelecer algum elemento fixo é uma tarefa quimérica. Por fim, é válido lembrar que, ainda em seus escritos, o suíço afirma que a língua (o mundo dos signos) só é criada tendo em vista o discurso, que, como lembra Benveniste (2020), por conta do fator referencial da enunciação, esse segundo é sempre único, imprevisível, incalculável, que se usa da matéria dos signos para criar seu próprio jogo.

4. CONCLUSÃO

Podemos concluir que as afirmações de Barthes acerca do fascismo na língua não se sustentam via Saussure. O caráter de fugir do repetível e de chegar ao desconhecido não é próprio da literatura, mas de toda a língua, pois suas unidades semióticas são sempre negativas, dependentes de outras unidades também negativas, sem nenhum valor em si mesmas. A negatividade traz o instável, traz o movimento: eis a liberdade. E atentamos para o fato de que não é preciso adentrar o campo discursivo, onde tudo ficaria ainda mais latente, para questionar esse fascismo. Basta analisar o semiótico descrito por Saussure para termos ciência do poder criador da língua. Por fim, o discursivo só será explorado mais adiante em nosso trabalho, com análises de Benveniste e estudos sobre os poetas já mencionados, a fim de, como dito em nossa introdução, buscar o que de fato é próprio da literatura, esse campo que parece se comportar de forma tão diferente da linguagem dita comum.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, R. **Aula**. Aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. São Paulo: Cultrix, 1984.

MESCHONNIC, H. **Poética do traduzir**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SAUSSURE, F. **Escritos de Linguística Geral**. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudouf Engler com a colaboração de Antoinette Weil. São Paulo: Cultrix, 2004.

RIMBAUD, A. **Carta a Georges Izambar. Carta a Paul Demeny**. In Alea: Estudos Neolatinos, vol. 8, n. 1, Rio de Janeiro. 2006.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. São Paulo: Pontes, 2020.